



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

EMENTA:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº 1.0000.12.034770-3/000 - COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES - REQUERENTE(S): WALTER FERREIRA NUNES - REQUERIDO(A)(S): CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A - RELATORA: EXMA. SRª. JUÍZA ANA MARIA LAMMOGLIA JABOUR

ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda a Turma de Uniformização de Jurisprudência do Juizado Especial do Estado de Minas Gerais, sob a Presidência do Desembargador CAETANO LEVI LOPES, na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, EM ACOLHER O INCIDENTE, POR MAIORIA.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2014.

SR. JUÍZA ANA MARIA LAMMOGLIA JABOUR --
Relator

DES. CAETANO LEVI LOPES - Presidente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

21.10.2013
ADIADO
GOVERNADOR VALADARES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. DES. PRESIDENTE (DES. CAETANO LEVI LOPES):

Iniciaremos pelo Polo de Belo Horizonte.

A SR.^a JUÍZA ANA MARIA LAMMOGLIA JABOUR:

V O T O

Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência sob a alegação de divergência entre acórdãos da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais de Governador Valadares e da 2ª Turma do mesmo Juizado.

Analisando os respectivos acórdãos percebe-se que se trata de causas fundadas em um mesmo suporte fático e jurídico, porém com desfechos diversos, o que caracteriza a dissidência jurisprudencial a justificar a intervenção deste colegiado. Utilizando-se de sua competência, foi exercido o juízo de admissibilidade do incidente pelo Presidente desta Turma de Uniformização de Jurisprudência, como se vê de fls. 165, após devida manifestação da CEMIG (fl. 153 e ss.).

A divergência é, portanto, de fácil deslinde, visto que a 2ª Turma Recursal, nos acórdãos trazidos, entendeu que a providencia unilateral da CEMIG não torna lícita e devida a dívida do consumidor, sendo o valor alcançado fruto de mera ficção, e, portanto, indevido, não se aplicando a resolução da ANEEL que contraria os cânones do contraditório e da ampla defesa para indicação da fraude, "a partir de um conjunto de atos internos e no âmbito administrativo da própria empresa, sem possibilidade de participação efetiva do consumidor".

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO AO INCIDENTE.

— xxx —

Todos têm em mãos o relatório e o voto, e desejo fazer uma complementação no dispositivo do voto. Ele permanece no mesmo entendimento, mas, ante o exposto, vou complementar: acolho



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

o incidente para proclamar o entendimento conforme o da 2ª Turma Recursal de Governador Valadares, reconhecendo ser impréstável o levantamento técnico unilateral efetuado pela CEMIG por ausência de observância do princípio constitucional do contraditório. É o final do meu voto.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Muito obrigado, Dr.^a Ana Maria, V. Ex.^a está acolhendo o Incidente com aditamento do dispositivo.

A SR.^a JUÍZA ANA MARIA LAMMOGLIA JABOUR:

Exato.

O SR. JUIZ JOSÉ ALFREDO JUNGER SOUZA VIEIRA: (JUIZ DE FORA):

Com a Relatora.

O SR. JUIZ EDSON GERALDO LADEIRA:

(Ausente.)

O SR. JUIZ ALANIR JOSÉ HAUCK RABECA:

Com a Relatora.

A SR.^a JUÍZA CRISTIANE MELO COELHO GASPARONI:

Com a Relatora.

O SR. JUIZ ARMANDO BARRETO MARRA:

Com a Relatora.

A SR.^a JUÍZA ALINNE ARQUETTE LEITE NOVAIS:

Com a Relatora.

O SR. JUIZ EDIR GUERSON DE MEDEIROS:

Com a Relatora.

A SR.^a JUÍZA MARIA LÚCIA CABRAL CARUSO:

(Ausente.)

O SR. JUIZ PAULO TRISTÃO MACHADO JÚNIOR:

Com a Relatora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

O SR. DES. PRESIDENTE:
Polo de Belo Horizonte.

O SR. JUIZ JOSÉ ALUÍSIO NÉVES DA SILVA: (BELO HORIZONTE)
Tive acesso também ao voto e estou de acordo com a Relatora.

O SR. JUIZ JOSÉ MARIA DOS REIS:
Com a Relatora.

O SR. JUIZ DIRCEU WALACE BARONI:
(Ausente.)

O SR. JUIZ ORLANDO ISRAEL DE SOUZA:
Com a Relatora.

O SR. JUIZ RONALDO CLARET DE MORAES:
Com a Relatora.

O SR. JUIZ FERNANDO DE VASCONCELOS LINS:
Sr. Presidente.
Examinei o voto da ilustre Relatora e gostaria de pedir vista dos autos para fazer um estudo mais elaborado da questão e me manifestar posteriormente.

O SR. JUIZ RENATO LUIS DRESCH:
Sr. Presidente, pela ordem.
Gostaria de adiantar o meu voto.
Esses casos são reinidências nas Turmas Recursais e verifico que não há o devido processo legal.
Acompanho a Relatora.

A SR.^a JUÍZA FLÁVIA BIRCHAL DE MOURA:
Com a Relatora.

O SR. JUIZ JEFERSSON MARIA:
Acompanho a Relatora.

O SR. JUIZ MARCELO RODRIGUES FIORAVANTI:
Sr. Presidente, vou aguardar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

O SR. DR. RINALDO KENNEDY SILVA:

Sr. Presidente.

Adianto e voto e acompanhamento a Relatora.

A SR.^a JUÍZA RAQUEL DE PAULA ROCHA SOARES:

Sr. Presidente, vou aguardar.

O SR. JUIZ RODRIGO MORAES LAMOUNIER PARREIRAS:

Sr. Presidente.

Com a Relatora.

A SR.^a JUÍZA BEATRIZ JUNQUEIRA GUIMARÃES:

Acompanho a Relatora.

O SR. JUIZ EDUARDO VELOSO LAGO:

Sr. Presidente.

Divirjo, com voto escrito.

Vistos, etc.

Peço vênha para divergir do voto proferido pela I. Juíza Relatora.

Entendo que, em tese, a CEMIG detém a prerrogativa de promover a cobrança de consumo de energia elétrica não faturado a tempo e modo, em razão de violação fraudulenta do medidor, desde que observados os princípios do devido processo legal e garantia de ampla defesa, aspecto que se subordina ao exame das circunstâncias fáticas e cenário probatório de cada caso concreto.

Com efeito, a Resolução 456/00 da ANEEL permite a revisão do faturamento em caso de irregularidades, revelando-se legítima a apuração do débito por estimativa média, quando a fraude é aferida através de laudo técnico, dotado da presunção de legitimidade própria dos atos administrativos, que alcança as empresas concessionárias de serviço público, e é assegurado ao usuário o exercício de seu direito constitucional de ampla defesa na esfera administrativa; ressalvando-se ao mesmo, naturalmente, discutir a cobrança judicialmente, acaso discorde de seus termos.

Certo é que o serviço de energia elétrica é essencial e sua prestação em regra deve se dar de maneira contínua (art.22, caput da Lei 8.078/90). Todavia, trata-se de serviço público remunerado, cujo fornecimento demanda regular contraprestação pecuniária.

A violação de medidor de energia elétrica constitui ilícito grave,



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

cuja prática lamentavelmente vem se tornando corriqueira, merecendo repressão firme.

Reconhece-se que a questão é controvertida, existindo, no entanto, vários precedentes do E.TJMG que referendam a cobrança do débito pretérito em tais condições pela CEMIG:

"EMBARGOS INFRINGENTES. VIOLAÇÃO DE MEDIDOR DO CONSUMO DE ENERGIA. REVISÃO DO FATURAMENTO. COBRANÇA DA ENERGIA CONSUMIDA E NÃO FATURADA. POSSIBILIDADE. REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO APURATÓRIO. EMBARGOS ACOLHIDOS.I - Havendo prova nos autos das irregularidades no medidor de energia, comprovadas após procedimento apuratório regular pela Concessionária, com garantia do direito de defesa, mostra-se legítima a cobrança da energia consumida e não faturada." (TJMG, Emb.Infr. 1.0024.06.256512-2/002, Rel. Des. ANDRÉ LEITE PRAÇA, 22/06/10)

"AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO - ÔNUS DA PROVA - CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES PELA CEMIG NO MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA - PROVA DA FRAUDE - PREJUÍZO DEMONSTRADO - PROCEDIMENTO ADEQUADO - LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. Estando nos autos efetivamente demonstrado que foram constatadas irregularidades no medidor de energia elétrica que geraram prejuízo à concessionária, e, revelando-se correto o procedimento adotado pela empresa fornecedora para apuração da irregularidade e do débito dela decorrente, legítima a cobrança, bem como o cabimento da suspensão do fornecimento de energia, pela falta de contraprestação." (TJMG, Ap. Cível 1.0290.07.051429-1/002, Rel. Desª TERESA CRISTINA DA CUNHA PEIXOTO, 02/12/10)

"AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE COBRANÇA - ENERGIA ELÉTRICA - ALEGAÇÃO DE ADULTERAÇÃO DO MEDIDOR - AMPLA DEFESA - INOBSERVÂNCIA - ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE NO MEDIDOR - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ENERGIA SEM A DEVIDA CONTRAPRESTAÇÃO. É legal a cobrança presumida de energia elétrica, a partir de constatação de violação do medidor de consumo, desde que se observem os princípios da ampla defesa e o contraditório nos procedimentos administrativos e que se comprove que houve a efetiva utilização de energia, pelo consumidor, sem a devida contraprestação. Recurso não provido." (TJMG, Ap. Cível 1.0879.08.002736-7/001, Rel. Desª HELOISA COMBAT, 02/12/10)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

“ENERGIA ELÉTRICA. MEDIDOR. IRREGULARIDADES. ANULAÇÃO E INDENIZAÇÃO. AMPLA DEFESA E DEVIDO PROCESSO LEGAL. OBSERVÂNCIA. IMPROCEDÊNCIA. Seja porque ausente prova desconstituidora da presunção de legalidade, seja porque devidamente observados os princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal, é de se julgar improcedente o pedido, primeiro, de declaração de inexistência de débito imputado por constatação de fraude no medidor de energia elétrica e, segundo, à ausência de configuração, de indenização por danos morais.” (TJMG, Ap. Cível 1.0016.08.081499-5/001, Rel. Des. MANUEL SARAMAGO, 25/02/10)

Por esta ótica, reputo inoportuna a uniformização de jurisprudência, ao entendimento de que a divergência não se restringe à tese jurídica ou questão de direito material, avançando sobre a casuística fática, circunstancial e probatória enfrentada em cada feito.

Ante o exposto, rejeito o incidente de uniformização de jurisprudência.

O SR. JUIZ FREDERICO BITTENCOURT FONSECA:

(Ausente.)

O SR. JUIZ CARLOS EDUARDO VIEIRA GUIMARÃES:

(Ausente.)

A SR.^a JUÍZA ANDRÉIA MÁRCIA MARINHO DE OLIVEIRA:

Sr. Presidente.

Acompanho a divergência, rejeitando o incidente.

O SR. JUIZ MÚCIO MONTEIRO DA CUNHA MAGALHÃES JÚNIOR:

De acordo com a Relatora.

O SR. JUIZ ARMANDO GHEDINI NETO:

Sr. Presidente.

Com o Relator, em adiantamento de voto.

A SR.^a JUÍZA DAYSE MARA SILVEIRA BALTAZAR:

(Ausente.)

O SR. JUIZ HAROLDO PIMENTA:

Sr. Presidente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

Irei aguardar.

O SR. JUIZ ALTAIR RESENDE DE ALVARENGA:

Sr. Presidente.

Acompanho a Relatora, pois a divergência, quando diz da observância do devido processo legal, naturalmente que o procedimento unilateral e administrativo que a CEMIG realiza não pode ser levado à conta do devido processo legal, razão pela qual não tenho dúvida em acompanhar a Relatora.

O SR. JUIZ PAULO CÉZAR MOURÃO ALMEIDA:

Sr. Presidente.

Irei aguardar o voto vista.

O SR. JUIZ FABRÍCIO SIMÃO DA CUNHA ARAÚJO:

Sr. Presidente.

Acompanho a divergência inaugurada, pelo Dr. Eduardo, porque entendo que, realmente, a matéria é de fato e é necessário analisar caso a caso, se a CEMIG faz a intimação para lavrar o laudo de constatação que ela faz.

Acompanho a divergência, para rejeitar o incidente.

O SR. JUIZ ANTÔNIO JOÃO OLIVEIRA:

Com a Relatora.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Vamos ao Polo de Governador Valadares.

O SR. JUIZ CARLOS ROBERTO DE FARIA:

Sr. Presidente.

Acompanho a divergência, rejeitando o incidente.

O SR. JUIZ ROBERTO APOLINÁRIO DE CASTRO:

Sr. Presidente.

Neste caso concreto, acompanho a divergência vez que ficou comprovado o consumo aquém do normal. Rejeito o Incidente.

A SR.^a JUÍZA DILMA CONCEIÇÃO ARAÚJO DUQUE:

Sr. Presidente.

Queria fazer uma observação. Não recebi a cópia de todos os e-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

mails, nem os votos dos Relatores.

Queria deixar registrado, para que na próxima vez eu os receba.

Com relação à divergência entre as Turmas, minha Turma sempre decidiu como a Relatora. Então, acompanho a Relatora.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Dr.^a Dilma, quanto a essa questão que V. Ex.^a suscita, estamos realmente preocupados, porque o e-mail oficial tem uma limitação. Por isso é que temos insistido com os colegas, para nos mandar e-mail particular, porque, se o arquivo for mais extenso, não se consegue remeter pelo e-mail oficial.

Então, de um modo geral, nós estamos solicitando de novo aos colegas que nos remetam pelo e-mail particular para que o material possa chegar em tempo de ser examinado para a Sessão. Mas é muito oportuna a observação de V. Ex.^a.

O SR. JUIZ ALAIR SOARES MENDONÇA:

Sr. Presidente.

Em adiantamento de voto, acompanho a Relatora.

O SR. JUIZ GERALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA:

Sr. Presidente.

Em adiantamento de voto, acompanho a Relatora.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Agora, Montes Claros.

O SR. JUIZ FRANCISCO LACERDA DE FIGUEIREDO:

Sr. Presidente.

Acompanho a divergência e rejeito o incidente.

O SR. JUIZ FERNANDO DE VASCONCELOS LINS:

Sr. Presidente, pela ordem.

O meu entendimento é no mesmo sentido do Dr. Eduardo, então acredito que seja desnecessário pedir vista dos autos. Eu retiro o pedido de vista e acompanho a divergência no mesmo sentido, rejeitando o Incidente.

O SR. DES. PRESIDENTE:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

Antes de prosseguir com os demais Polos, consulto ao Dr. Marcelo Rodrigues Fioravanti se que votar ou aguardar.

O SR. JUIZ MARCELO RODRIGUES FIORAVANTI:

Sr. Presidente.

Também prefiro antecipar meu voto, acompanhando a divergência aberta pelo Dr. Eduardo Veloso Lago, e só acrescentando o argumento de que no meu sentir, com a devida vênica em relação aos colegas, a prevalecer o voto proferido pela eminente Relatora, estaríamos em tese declarando a ilegalidade de todo o procedimento realizado com base na Resolução 456. É esse o meu temor, e por isso entendo e concordo que a análise deve ser feita caso a caso e não refutando, objetivamente, qualquer procedimento feito com base na Resolução 456 da Aneel.

Acompanho o voto divergente.

A SR.^a JUÍZA RAQUEL DE PAULA ROCHA SOARES:

Sr. Presidente.

Não é necessário pedir vista. Vou acompanhar o voto divergente do Dr. Eduardo e ressalto também o que o Dr. Marcelo disse nesse sentido. Se não nós vamos estabelecer uma situação de pré-julgamento de todos os casos envolvendo essa questão de Cemig, então, vai ser desnecessário analisar qualquer coisa. A questão vai chegar e já vai estar decidida por nós aqui da Uniformização de Jurisprudência. E não é esse objetivo da uniformização. Nós temos que tratar a respeito de questões em que há divergência e não estabelecer uma jurisprudência, quase que uma súmula, a ser seguida por todos, pré-julgando, assim, uma causa dessa natureza.

O SR. JUIZ HAROLDO PIMENTA:

Sr. Presidente.

Repensando a questão posta e diante dos argumentos elencados, eu acompanho a divergência, rejeitando o Incidente.

O SR. JUIZ PAULO CÉZAR MOURÃO ALMEIDA:

Sr. Presidente.

Vou votar acompanhando a divergência e rejeitando o Incidente.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Passos, por favor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

O SR. JUIZ LUIZ CARLOS CARDOSO NEGRÃO:

Sr. Presidente.

Tendo em vista o que consta no material que recebemos, de que foi observada a aplicação da Resolução da Aneel, inclusive consta que quando foi percebida a irregularidade, foi um funcionário que lavrou o termo de ocorrência de irregularidade e foi determinada uma perícia com intimação do consumidor. Tendo em vista essas informações, acompanho o voto divergente.

Rejeito o Incidente.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Uberlândia, por favor.

O SR. JUIZ HABIB FELIPPE JABOUR:

Acompanho a divergência.

A SR.^a JUÍZA MARIA DAS GRAÇAS NUNES RIBEIRO:

Acompanho o voto divergente.

O SR. JUIZ VINÍCIUS DE ÁVILA LEITE:

Rejeito o Incidente.

O SR. JUIZ WALNER BARBOSA MILWARD DE AZEVEDO:

Acompanho a divergência.

O SR. JUIZ FAUSTO BAWDEN DE CASTRO SILVA:

Acompanho o voto de divergência e rejeito o Incidente.

A SR.^a JUÍZA IZABEL CRISTINA DE FREITAS PRUDÊNCIO:

Acompanho a Relatora.

A SR.^a JUÍZA EDINAMAR APARECIDA DA SILVA COSTA:

Acompanho a Relatora.

O SR. JUIZ PEDRO VIVALDO DE SOUZA NOLETO:

Acompanho a divergência.

O SR. JUIZ CLÁUDIO HENRIQUE CARDOSO BRASILEIRO:

Acompanho a divergência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

A SR.^a JUÍZA ALESSANDRA LEÃO MEDEIRO PARENTE:

Acompanho a divergência.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Varginha, por favor.

O SR. JUIZ ANTÔNIO PEREIRA GATTO:

Acompanho a Relatora.

O SR. JUIZ VALTER JOSÉ VIEIRA:

(Ausente. Férias.)

O SR. JUIZ JOSÉ MAURO SOARES FLORIANO:

Acompanho a divergência.

O SR. JUIZ ANTÔNIO CARLOS PARREIRAS:

Acompanho a Relatora.

O SR. JUIZ PAULO RUBENS SALOMÃO CAPUTO:

(Ausente. Férias.)

O SR. JUIZ LUIZ FERNANDO RENNÓ MATOS:

(Ausente. Férias.)

O SR. JUIZ MÁRIO PAULO DE MOURA CAMPOS MONTORO:

Acompanho a divergência.

O SR. DES. PRESIDENTE:

O Dr. Jeferson queria usar a palavra.

O SR. JUIZ JEFERSON MARIA:

Sr. Presidente, pela ordem.

Queria usar a palavra para reformular o meu entendimento já manifestado. Eu estava votando de acordo com a Relatora, mas depois de acompanhar o brilhante voto do Juiz Eduardo Veloso Lago pretendo reformar, porque entendo também que deve ser analisado caso a caso e é um precedente perigoso nós fixarmos o entendimento de que a Resolução da Aneel não pode ser observada. Quer dizer, antecipadamente nós estamos julgando improcedente todos os



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

pedidos feitos pela Cemig e procedente os pedidos feitos pelo consumidor. Então, estou reformando o meu entendimento, acompanhando a divergência e rejeitando o Incidente.

O SR. DES. PRESIDENTE:

O Dr. Jeferson Maria, então, em reposicionamento, rejeitou o incidente.

A SR.^a JUÍZA FLÁVIA BIRCHAL DE MOURA:

Sr. Presidente, pela ordem.

Vou fazer o mesmo que o Dr. Jeferson, reposicionando-me para acompanhar a divergência.

O SR. DES. PRESIDENTE:

A Dr.^a Flávia Birchal de Moura também se reposiciona e rejeita o Incidente.

Nós temos 27 votos acompanhando a Relatora e acolhendo o Incidente, e 24 votos rejeitando o Incidente, portanto 51 votos. Entretanto, não foi atingida a maioria absoluta, porque o nosso colegiado tem 62 julgadores, então, precisaria de metade mais um, 32 votos num sentido ou noutro. Portanto, este julgamento fica suspenso para recomposição de quórum a fim de que os onze julgadores que por vários motivos não compareceram possam se manifestar.

12.05.2014

ADIADO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (DES. CAETANO LEVI LOPES):

Na Sessão anterior, foi suspenso o julgamento para a recomposição da Turma, porque precisamos de maioria absoluta. O resultado até então obtido não permitia a referida maioria.

Então, prosseguindo no julgamento, a Dr.^a Ana Maria Lammoglia Jabour, Polo de Juiz de Fora, é a Relatora e, na Sessão anterior, o Dr. Edson Geraldo Ladeira, também do Polo de Juiz de Fora, não havia votado.

Passo a palavra a Sua Excelência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

Dr.^a Ana Maria com a palavra.

A SR.^a JUÍZA ANA MARIA LAMMOGLIA JABOUR:

O Dr. Edson, que não havia votado, não está presente.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Então conferindo, o Dr. Edson Geraldo Ladeira não está presente.

Ele é da turma de Cataguases.

O Dr. Edson é da turma de Cataguases, ele realmente não está presente?

A Dr.^a Maria Lúcia Cabral Caruso também não havia votado na Sessão anterior, Polo de Juiz de Fora.

Dr.^a Maria Lúcia, com a palavra.

A SR.^a JUÍZA ANA MARIA LAMMOGLIA JABOUR:

A Dr.^a Maria Lúcia vota com a Relatora.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Então, a Dr.^a Maria Lúcia vota com a Relatora, que acolhia o incidente, com aditamento do dispositivo do voto.

Dr.^a Ana Maria, a senhora confirma esse resultado provisório?

A SR.^a JUÍZA ANA MARIA LAMMOGLIA JABOUR:

Sim.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Pois não, obrigado.

Belo Horizonte, Dr. Dirceu Baroni não está presente.

O Dr. José Eustáquio Lucas Pereira, também não está presente.

O Dr. Marcos Alberto Ferreira.

O SR. JUIZ MARCOS ALBERTO FERREIRA:

Sr. Presidente.

Voto com a Relatora.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Dr. Frederico Bitencourt Fonseca.

O SR. JUIZ FREDERICO BITTENCOURT FONSECA:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

Sr. Presidente.

Gostaria de tirar uma dúvida inicialmente. Nessa última Sessão não estive presente, e parece-me que houve um voto divergente do voto da Relatora.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Sim. Aliás, há várias divergências.

O SR. JUIZ FREDERICO BITTENCOURT FONSECA:

Acompanho a divergência. Tomei conhecimento do voto divergente hoje e acompanho a divergência.

O SR. DES. PRESIDENTE:

O Dr. Carlos Eduardo Vieira Gonçalves.

O SR. JUIZ CARLOS EDUARDO VIEIRA GONÇALVES:

Sr. Presidente.

Também não estive presente na última Sessão, e confesso que me declaro impedido de votar, porque não conheço nem o voto principal, nem o divergente.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Nós necessitamos de quórum. V. Ex.^a então pede vista?

O SR. JUIZ CARLOS EDUARDO VIEIRA:

Não, trinta segundos.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Pois não.

Enquanto isso, a Dr.^a Dayse. Não veio.

Vamos aguardar o voto do Dr. Carlos Eduardo.

O SR. JUIZ CARLOS EDUARDO VIEIRA:

Acompanho a divergência.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Polo de Montes Claros.

O SR. JUIZ RICHARDSON XAVIER BRANT:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

Acompanho a divergência.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Polo de Varginha.

O SR. JUIZ VALTER JOSÉ VIEIRA:

(Ausente.)

O SR. JUIZ PAULO RUBENS SALOMÃO CAPUTO:

(Ausente.)

O SR. JUIZ LUIZ FERNANDO RENÓ MATOS:

Com a Relatora.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Houve novamente empate. Agora temos trinta votos acolhendo e 27 rejeitando. Novamente fica adiado para recomposição de quórum até que tenhamos 62 votos.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. DES. PRESIDENTE:

Vamos prosseguir neste julgamento.

A Relatora é a Dr.^a Ana Maria Lammoglia Jabour. O Requerente é Walter Ferreira Nunes, e a Requerida é CEMIG Distribuição S.A.

O julgamento deste feito foi suspenso para recomposição de quorum. Ainda não votaram no Polo de Belo Horizonte, o Dr. Gustavo Cheik de Figueiredo Teixeira e a Dr.^a Dayse Mara Silveira Baltazar.

O resultado provisório é: 30 acolheram e 27 rejeitaram o incidente.

O SR. JUIZ GUSTAVO CHEIK DE FIGUEIREDO TEIXEIRA:

Sr. Presidente.

Também estou acolhendo.

A SR.^a JUÍZA DAYSE MARA SILVEIRA BALTAZAR:

Acolho o incidente.

O SR. DES. PRESIDENTE:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS Nº 1.0000.12.034770-3/000

No Polo de Juiz de Fora, o Dr. Edson Geraldo Ladeira ainda não votou.

O SR. JUIZ EDSON GERALDO LADEIRA:

Sr. Presidente.

Eu só queria fazer uma correção. O colega Paulo Tristão tem um substituto.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Sim, mas o Dr. Paulo Tristão já votou. O MM. Juiz Edson Geraldo Ladeira é que ainda não votou neste Incidente. Como vota Vossa Excelência?

O SR. JUIZ EDSON GERALDO LADEIRA:

Acompanho a Relatora.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Então, Vossa Excelência acompanha a Relatora.

A Relatora acolheu o Incidente.

Polo de Varginha: ainda não votaram o Dr. José Hélio da Silva e o Dr. Paulo Rubens Salomão Caputo. Parece-me que o Dr. José Hélio da Silva continua ausente.

E o Dr. Paulo Rubens Salomão Caputo, como vota Vossa Excelência?

O SR. JUIZ PAULO RUBENS SALOMÃO CAPUTO:

De acordo com o voto da Relatora.

O SR. DES. PRESIDENTE:

Então, Vossa Excelência acompanha a Relatora. A Relatora havia acolhido o incidente e Vossa Excelência, então, está acompanhando.

S Ú M U L A: POR MAIORIA, ACOLHERAM O INCIDENTE.